

RURALIDADE NOS TERRITÓRIOS: O EXEMPLO DO ESTADO DO PARANÁ*

Diânice Oriane SILVA**

Rosângela Ap. de Medeiros HESPANHOL***

Resumo: O presente artigo traz algumas reflexões acerca da ruralidade no Brasil e, em particular, no território paranaense. Procura evidenciar a pertinência de se considerar o território como recorte analítico e operacional para o planejamento de ações, públicas e/ou privadas, direcionadas ao desenvolvimento. Nesse contexto, o artigo foi estruturado em três partes. Na primeira, se procurou destacar alguns pontos do debate sobre o território e de como essa dimensão analítica está relacionado intrinsecamente com o mundo rural. O espaço rural é discutido na segunda parte, em que se tenta articular uma análise entre território, ruralidade e desenvolvimento. Na terceira parte, se apresenta uma proposta para o reconhecimento de espaços rurais no estado do Paraná.

Palavras-chave: ruralidade; desenvolvimento; território paranaense.

Resumen: El presente artículo presenta algunas reflexiones sobre la ruralidad en Brasil y, en particular, en el territorio paranaense. Objetiva evidenciar la pertinencia de considerar el territorio como recorte analítico y operacional para la planificación. En ese contexto, el artículo fue estructurado en tres partes. En la primera, se procuró destacar algunos puntos del debate sobre el territorio y de como esa dimensión analítica está relacionada intrínsecamente con el mundo rural. El espacio rural es discutido en la segunda parte, en la cual se trata de articular un análisis entre territorio, ruralidad y desarrollo. En la tercera parte se presenta una propuesta para el reconocimiento de espacios rurales en el Estado de Paraná.

Palabras-llave: ruralidad; desarrollo; territorio paranaense.

1. Algumas reflexões sobre a ruralidade.

A partir da segunda metade do século XX, a agricultura passou por intensas mudanças em virtude da adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde, estimulada pelo Estado brasileiro. Iniciou-se, assim, um processo de tecnificação, com a utilização de insumos, corretivos, defensivos e maquinários agrícolas.

Essa mudança na base técnica da agricultura ocasionou inúmeras alterações de ordem econômica, social e ambiental, tendo repercussões diretas, tanto no meio rural como no urbano.

Nesse contexto, a ruralidade, entendida como uma construção social específica no conjunto societário enfatiza a importância de se estar tratando de um modo de ser e um modo de viver mediado por uma maneira singular de inserção nos processos sociais e no processo histórico, como assinala Martins (2000).

Essa singularidade está presente nos estudos atuais de Ferreira e Jean (1999, p.67), quando afirmam que

[...] le rural et l'urbain constitueraient deux 'types idéaux' de formes territoriales de la vie sociale, porteurs des singularités malgré la croissante interpénétration des deux mondes [...]

* Texto publicado 2005 (n.12 v.1)

** Doutoranda em Geografia pela FCT/UNESP, Campus de Pres. Prudente e membro do Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária – GEDRA.

*** Docente dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP de Pres. Prudente e coordenadora do GEDRA.

Wanderley (1999) também observa que, a ruralidade/ o rural devem ser conhecidos nos seus termos e não em relação à cidade, apreendida como sua referência espacial, dela dependendo política, econômica e socialmente.

Entretanto, a relação rural-urbano no âmbito da modernidade tem sido sistematicamente tensionada por um tipo de concepção que valoriza positivamente o urbano como o *locus* privilegiado de realização do que é moderno e do progresso, e negativamente o rural, como o *locus* do que é tradicional e do que é atrasado.

Não resta dúvida de que a maior parte das populações rurais tem vivido intensos processos de transformação tanto na base produtiva como na organização social, porém, tal processo ultrapassa o meio social rural e estende-se ao conjunto da sociedade.

1. 1. O rural como categoria de análise.

O mundo da modernidade tem se surpreendido pela manutenção, pela permanência, pela capacidade de transformação e de mudanças no mundo tradicional, neste caso entendido como o rural. Sistematicamente tem-se anunciado o fim do rural, pois se vêem nele vários atributos, econômicos, sociais e culturais, à margem da lógica capitalista, como que guardando resquícios de uma ‘velha ordem’.

Nas duas últimas décadas do século XX, intensificaram-se os questionamentos sobre as transformações recentes ocorridas no meio rural. Nesse sentido, verifica-se que há duas perspectivas: de um lado, aquela que encontra cada vez mais indícios do desaparecimento das populações rurais e, portanto, da sujeição desse espaço social à hegemonia do processo de industrialização e de urbanização; e de outro, observando os mesmos processos, constata que o mundo rural não se reduz à homogeneização da sociedade contemporânea, ao contrário, as particularidades dos modos de vida que se desenrolam nesse espaço social – o rural - permitem que sejam observadas e constatadas as permanências, as reconstruções, as emergências de processos sociais e ambientais que dão especificidade a esta forma sócio-espacial que é a ruralidade.

Esse trabalho se alinha de acordo com essa segunda perspectiva, que identifica as transformações profundas por que passa a sociedade no período atual, mas entende que o rural não se ‘perde’ nesse processo, ao contrário, reafirma sua importância e particularidade. Nos dizeres de Wanderley (2000), as diferenças espaciais e sociais das sociedades modernas apontam não para o fim do mundo rural, mas para a emergência de uma nova ruralidade.

Desde os anos de 1980, a emergência de uma nova ruralidade vem sendo debatida tanto em âmbito nacional como internacional. Nesse sentido, vários estudiosos têm elencado os elementos que permitem repensar a importância, as especificidades e as particularidades do mundo rural. Neste contexto é que se observou o surgimento de alguns termos que procuram dar conta dessas mudanças, tais como: a emergência de uma nova ruralidade, o renascimento do rural, a ruralidade contemporânea, a valorização do meio rural, a resignificação do rural, etc.

Assistiu-se, assim, a partir dos anos de 1990, ao que se poderia chamar de uma ‘redescoberta’ do rural enquanto categoria de análise passível de intervenções e interpretações. O debate sobre o tema reacendeu “velhas” discussões e trouxe novos parâmetros para se pensar as antigas e as novas questões do rural.

Dentre as inúmeras análises realizadas, pode-se perceber que a dimensão territorial do rural tomou proporções significativas.

Mas, por que essa ‘redescoberta’ do rural? No Brasil, o rural emerge não de um fato isolado, mas sim de uma conjuntura economicamente recessiva e do acirramento das lutas sociais. Internacionalmente, a reordenação jurídica, econômica e social posta em curso pela consolidação da União Européia constituiu-se num fórum privilegiado para as análises e propostas de desenvolvimento do rural. De um modo geral, pode-se dizer que o rural ganhou novas atribuições e significados no contexto de crise do modelo produtivista.

A reflexão sobre o desenvolvimento, de uma maneira ou de outra, foi permeada pela questão da escala – global, nacional, regional, local. Esse olhar sobre o desenvolvimento acabou por mostrar a existência de uma economia de base agrícola dinâmica concomitante à percepção de uma diversificação nas funções do espaço rural.

No que tange ao mundo rural, outras funções se desenvolveram, contribuindo para que as pequenas localidades, identificadas com o modo de vida rural, fossem valorizadas, como, por exemplo, com a ênfase na questão ambiental. A busca de alternativas menos agressivas, em termos ambientais, de crescimento econômico e a construção do conceito de desenvolvimento sustentável acabaram por lançar um olhar para experiências que pudessem ser modelos alternativos de produção, consumo e qualidade de vida.

Paralelamente, a economia agrícola, particularmente a norte-americana, detentora de uma tecnologia cada vez mais sofisticada, intensifica a produção e introduz importantes modificações na organização do trabalho. Do ponto de vista teórico, o que acontece na economia agrícola norte-americana apresenta rebatimentos que se fazem presentes, particularmente quanto às características do *part-time* e da pluriatividade, como enfatiza Schneider (2003). Esses conceitos que, apesar de terem sido elaborados em outro momento histórico, tornam-se centrais na definição dos territórios, baseados na interpretação das atividades rurais e nos seus desdobramentos em termos econômicos, sociais, ambientais, culturais e políticos.

A observação e a análise do rural migram do enfoque puramente setorial para o territorial. E não é por acaso que essas categorias de análise estarão recorrentemente sendo objeto de considerações teóricas. O território assume um papel crescente como recurso analítico e como unidade de planejamento e intervenção, substituindo, gradativamente, a região.

O movimento que o capital engendra, respaldado por uma tecnologia de informação e comunicação nunca vista antes, coloca de maneira avassaladora o global. Para o capital não há fronteiras físicas, e as fronteiras políticas, depois da queda do muro de Berlim, nunca mais foram as mesmas. Porém, em um aparente paradoxo, é nesse contexto que o espaço local ganha destaque.

Diante desse movimento complexo, o local – recorte espacial de média e pequena dimensão – que apresenta um padrão de desenvolvimento, coloca-se em evidência. Não se deve esquecer que o local ganhou destaque na medida em que, no contexto de ineficácia das políticas estatais macroeconômicas e de desregulamentação, em que certos espaços, dentro dos países, tiveram uma inserção e um crescimento distintos de outros.

A escala territorial passou então para o primeiro plano, em que o espaço local encontrou fervorosos defensores e detratores, porque, como bem colocou Vainer (2001/2002, p. 12), do “ponto de vista do pensamento social e político, desde o grande debate que aconteceu e acompanhou a I Guerra Mundial, a questão da escala de ação nunca se havia colocado com tanta centralidade”.

Em meio às transformações em curso, um fato tornou-se evidente, sobretudo nos países desenvolvidos europeus: o rural ganhou outras funções, outros papéis, enfim outras conotações (MARTINS, 2000; JOLLIVET, 1998).

O enfoque territorial permite pensar o desenvolvimento para além dos centros urbanos, onde os pequenos municípios são estrelas de uma constelação. Procurar entender as motivações e os processos que levaram a essa perspectiva analítica é poder refletir sobre o futuro, seja ele nas aglomerações urbanas, seja no espaço rural.

O território, seja ele qual for, não é uma entidade que paira independente sobre a sociedade, mas um espaço em que as relações sociais são conferidas historicamente.

Nesse sentido, deve-se levar em conta que não existe neutralidade no emprego da categoria território. Este, visto como o espaço da concentração e da harmonia, passou a ser a alternativa neoliberal na utilização de categorias analíticas que se contrapunham às categorias marxistas, especialmente aquelas relativas ao conflito capital/trabalho. Mais ainda, não são poucos os autores que fazem a apologia da categoria território, como a instância capaz de se superpor aos Estados Nacionais – entendendo isso como uma ‘virtude’.

Essa idéia de território pode ser mais adequada à noção de um território em mudança, de um território em processo. Se o tomarmos a partir de seu conteúdo, uma forma-conteúdo, o território tem de ser visto como algo que está em processo. E ele é muito importante, pois é o quadro da vida de todos nós, na sua dimensão global, na sua dimensão nacional, nas suas dimensões intermediárias e na sua dimensão local. Por conseguinte, Santos (1999) ressalta que é o território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos.

A idéia de território expressa na abordagem de Santos (1999) permeou a elaboração desse artigo. O ponto motivador desse trabalho foi justamente compreender o papel do rural no território e na sociedade contemporânea, particularmente a paranaense.

Essas observações sobre alguns dos elementos presentes na discussão do território, mesmo sendo parciais, abrem a possibilidade de avançar teórica e metodologicamente na compreensão do rural, que esta inserido em uma economia globalizada.

Nesse sentido, buscou-se dimensionar o rural tendo em vista sua participação no(s) território(s) e no desenvolvimento.

2. Agricultores familiares: parcela importante e significativa da população rural.

Desenvolve-se, na atualidade, importantes pesquisas que tentam compreender a importância e o significado da agricultura e dos agricultores no meio rural. Isso por que, parte significativa da diversificação econômica e da pluriatividade têm sua origem nas famílias agrícolas. A pluriatividade não se constitui num processo de abandono da agricultura e do meio rural. Frequentemente, a pluriatividade expressa a adoção de uma estratégia familiar, quando as condições o permitem, para garantir a permanência no meio rural e os vínculos mais estreitos com o patrimônio familiar.

Para Wanderley (2001), as famílias, pluriativas ou não, são depositárias de uma cultura, cuja reprodução é necessária para a dinamização técnico-econômica, ambiental e sociocultural do meio rural. Da mesma forma, o ‘lugar’ da família, isto é, o patrimônio fundiário familiar, se constitui num elemento de referência e de convergência, mesmo quando a família é pluriativa e seus membros vivem em locais diferentes. Daí, a importância do patrimônio fundiário familiar e das estratégias para constituí-lo e reproduzi-lo, sobretudo em um processo que valorize a identidade territorial.

Dentre os processos sociais em curso, há um que vem sendo desenvolvido por um segmento específico de agricultores familiares: a adoção do sistema produtivo da agricultura orgânica. Esta adoção que se traduz para os agricultores tradicionais num processo de conversão produtiva, para a maioria dos agricultores **neorurais** é o início de sua trajetória na agricultura. Entretanto, esta é uma estratégia que tem permitido a viabilização de um projeto de vida no meio social rural.

Ao enfocarmos em nossa análise a produção familiar, enfatizamos que esta sempre foi vista à margem, secundária perante o latifúndio, como unidade precária, de subsistência, etc., e que, a grande propriedade “que recebeu o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução” (WANDERLEY, 2001, p. 38).

Desta forma, constata-se que a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário na sociedade brasileira, como enfatiza Wanderley (2001, p.38), constituindo-se “[...] historicamente como um setor ‘bloqueado’, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção”.

Porém, essa forma de descaso dos sucessivos governos em relação à produção familiar, trouxe graves conseqüências sociais para o país, refletindo-se por meio da expansão de movimentos sociais pela terra.

De acordo com Hespanhol (2000), a agricultura familiar na década de 1990 passou a ser um dos temas centrais da questão agrária brasileira, não apenas nos meios acadêmicos como também governamentais, pelo papel desempenhado por tais produtores para o desenvolvimento do país.

Entre os vários aspectos abordados referentes à agricultura familiar no período, ganharam expressividade os relacionados à inserção social e econômica dessas explorações familiares; a pluriatividade das unidades produtivas; os impactos decorrentes das políticas públicas destinadas a tais produtores, em especial o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); a questão do desenvolvimento local; as organizações sociais como associações e cooperativas; e as estratégias de reprodução social dessa categoria de produtores rurais.

Diante do exposto, pode-se dizer que as diversidades espacial, ambiental, populacional e cultural são variáveis importantes na compreensão dessa categoria de análise. Essa diversidade ganha forma e função no espaço-tempo (SANTOS, 1993; 1999), nascendo aí os territórios.

Os territórios operados como unidades de planejamento voltadas para a promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento social reconhecem a diversidade como condição do desenvolvimento.

Assume-se que a noção de território tomada não como panacéia, trás em si a possibilidade de considerar a desigualdade, seja econômica, seja cultural.

Ao se ter claro que a categoria território possibilita intervenções que promovam o desenvolvimento, no sentido de equidade e cidadania, é possível superar o modismo ‘localista’.

A idéia de território contribui para uma ação conseqüente voltada para o desenvolvimento, mas é preciso compreender o papel do rural no território, percebendo que o “espaço local é, por excelência, o lugar da convergência entre o rural e o urbano; um programa de desenvolvimento local não substitui o desenvolvimento rural, mas o incorpora como parte integrante” (WANDERLEY, 2001, p. 52). Reconhecer que o mundo rural é o repositório de um modo de ser, é reconhecer que

[...] As populações rurais, mais do que instrumentos da produção agrícola, são autoras e consumidoras de um modo de vida que é também um poderoso referencial de compreensão das irracionalidades e contradições que há fora do mundo real. (MARTINS, 2000, p. 64)

O desafio da promoção do desenvolvimento no território deve levar em conta a totalidade da realidade. Essa totalidade significa contemplar o particular: a realidade local subsiste, convivendo com os elementos do mundo globalizado.

O rural, assim entendido, deixa de ser o espaço, por excelência da produção agrícola. Alarga-se sua compreensão, envolvendo também as pequenas e médias cidades. O modo de ser rural se faz presente no campo e na cidade e passa a ser denominado ruralidade.

O conceito de ruralidade está em construção e permite um emprego sintonizado com pressupostos do desenvolvimento.

A ruralidade, tal qual o território, representa a oportunidade de incluir, ampliar, absorver o que tem se mantido fora, alargando horizontes, não naturalmente, mas dependentemente da decisão política a ser tomada.

3. Ao encontro dos territórios: o rural paranaense.

As mudanças na estrutura produtiva do Norte do Estado do Paraná, instauradas a partir da década de 1970, provocaram transformações, desencadeadas por um intenso movimento do capital urbano-industrial no campo.

Tais mudanças interferiram na base técnica da produção agropecuária em virtude: da introdução de novos cultivos; da expansão dos complexos agroindustriais; do sistema cooperativo agrícola e de crédito; das alterações nas relações sociais de produção, com a expansão do trabalho assalariado no campo – os bóias-frias; da concentração da propriedade fundiária; e, dos novos mecanismos de circulação.

São estes alguns dos elementos necessários ao entendimento da expansão das relações de produção capitalista no campo, submetendo a produção agropecuária à lógica de produção e reprodução do capital industrial.

Nesta seção, propõe-se lançar um olhar sobre o Estado do Paraná, observando a questão da ruralidade. Como o território conforma-se no tempo, sua dimensão é histórica. No entanto, a diversidade econômica e social presente na sociedade paranaense propicia o reconhecimento de territórios construídos, cujo processo histórico imprimiu uma marca, e territórios por construir, onde as identidades culturais encontram-se dispersas.

Abramovay (2000, p. 02) faz importantes discussões sobre a ruralidade ao afirmar que

[...] o meio rural inclui o que no Brasil chamamos de ‘cidades’ – em proporções que variam segundo diferentes definições, abrindo caminho para que se enxergue a existência daquilo que, entre nós, é considerado uma contradição nos termos: cidades rurais.

As ruralidades são uma das formas complexas de modificação do espaço, fruto de uma expansão capitalista e, podem ser observadas nas cidades. Destaca-se, por exemplo, o modo de vida das pessoas que realizam pequenos cultivos agrícolas no interior das cidades e pela atividade eminentemente agrícola praticado por moradores residentes no espaço urbano, como ressaltou Wanderley (2001). Esses tipos de ruralidades são comumente encontrados nas cidades do norte do Paraná.

O território quando conformado historicamente, possui maior visibilidade. O que leva o planejamento público ou privado, e mesmo a sociedade, a reconhecê-lo em suas particularidades. O território histórico, além de legítimo, é legitimado pela ação pública quando o reconhece. Por outro lado, os espaços ainda por se fazerem territórios devem ser também objeto da ação pública. Para tanto, o planejamento deverá incentivar e fortalecer as manifestações que o particularizam, mesmo que de forma incipiente.

A cultura é indissociável de um sentimento de pertencimento (WANDERLEY, 2001). O agir humano cristaliza-se na identidade com o lugar em que vive – criando uma relação com o território. O território permite recortes analíticos, horizontais e verticais. Passando para o plano concreto, há situações em que o território ultrapassa os limites estaduais, como por exemplo, os parques e reservas.

Os consórcios municipais constituem exemplos de um planejamento para além do município, visando maior racionalidade de recursos humanos e financeiros no desenvolvimento de políticas pontuais, um arranjo arbitrário e que, não necessariamente, abrange um território em sua totalidade.

Desta forma, está-se admitindo duas situações distintas como referência e/ou construção dos territórios paranaenses: uma baseada em territórios históricos (reconhece-se o território e legitima-o para a ação pública), e outra em que, na ausência de uma condição histórica, criam-se territórios a partir de critérios preestabelecidos (construção de territórios para ação pública).

Faz sentido pensar o rural no território quando se percebe que a sociedade paranaense reconhece determinados espaços como culturalmente diferenciados. Como exemplos, podem ser citados o litoral; o Vale do Ribeira; o caminho dos tropeiros; o sudoeste. Esse reconhecimento tem a ver com o processo de ocupação do território; tem a ver com sua história.

Se, por um lado, o reconhecimento dos aspectos históricos, sociais e políticos, que conformam o patrimônio cultural de um território, dependem de diagnóstico específico, por outro lado, podem se estabelecer procedimentos de reconhecimento territorial anteriores ao do patrimônio cultural. É possível uma aproximação dos territórios a partir das estatísticas oficiais, que permitem organizar o espaço paranaense segundo os critérios definidos.

Para dimensionar o rural paranaense serão utilizados os dados do Censo Demográfico 2000 – IBGE, na qual os dados foram desagregados por município, e as variáveis utilizadas foram população e ocupação.

Adotou-se como critério para a definição dos espaços rurais, municípios cuja população total é de até 20 mil habitantes. Esse corte tem sido utilizado por vários organismos. No Brasil, Martine; Garcia (1987), entre outros, propõem considerar como cidades as aglomerações superiores a 20 mil habitantes. Entende-se que esse limite abrange e capta uma realidade essencialmente rural de um número expressivo de municípios paranaense. Agrega-se ao critério de tamanho da população e densidade demográfica.

Nesse caso, adotou-se o critério proposto por Veiga (2002) para definir municípios de pequeno porte. Essa medida é conferida pela densidade demográfica inferior a 80 habitantes por km². Complementarmente, adotou-se também como critério a variável população economicamente ativa (PEA) ocupada na agropecuária e ocupações industriais de base agrícola.

Nesse estudo, foram excluídas da análise as aglomerações urbanas, por entender-se que estas possuem uma dinâmica particular. O rural das aglomerações urbanas deve ser analisado por uma metodologia que possa captar as suas especificidades.

O Estado do Paraná possui sete aglomerações (Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Litoral, Londrina, Maringá e Ponta Grossa), envolvendo 47 municípios e abrigando 50,3% da população paranaense.

Em termos populacionais, há o predomínio de pequenos municípios e baixa densidade demográfica. Nos dois casos analisados (população total e densidade demográfica), o número de municípios é expressivo. Dos 352 municípios que estão fora das aglomerações urbanas, 302 possuem

população total com até 20 mil habitantes, e 345 apresentam densidade demográfica inferior a 80 hab./km². Em percentuais, isso equivale a 86,8% e 98,0 %, respectivamente.

Se aplicarmos as duas condições para o total dos municípios do estado – exceto aglomerações urbanas, população total até 20 mil e densidade demográfica inferior a 80 hab/km², chega-se a um total de 300 municípios, representando 85,0% do total.

Mesmo não tendo sido privilegiado nessa análise, considerou-se pertinente investigar a variável ocupação pela importância que a economia agrícola possui no Paraná, como também por ter sido o setor que mais liberou mão-de-obra nos últimos 30 anos. Adotou-se como critério, o fato de mais de 50% da PEA (População Economicamente Ativa) ser ocupada na agropecuária ou em indústrias de base agrícola.

No Estado do Paraná, 188 municípios preenchem essa condição. Ao constatar que mais de 53% da PEA está vinculada produtivamente à agropecuária ou às atividades derivadas, o rural paranaense torna-se ainda mais significativo. Chama-se a atenção para o fato de que a variável ocupação difere dos critérios adotados anteriormente por ser um indicador clássico nas análises que privilegiam os setores econômicos para identificar áreas rurais.

O resultado apresentado mostra que, mesmo nessa condição, o rural que daí emerge tem representatividade espacial, estando presente em 58,2% dos municípios paranaenses.

Seria imprudente não reconhecer que, no Paraná, o rural não só é presente, como possui expressividade. Admitindo que as variáveis utilizadas – população total, densidade demográfica e ocupação – são capazes de mostrar uma realidade impregnada pelo rural, tem-se um Estado espacialmente rural.

4. Considerações finais.

Esse texto procurou trazer para a discussão a pertinência da dimensão territorial no planejamento e na promoção do desenvolvimento.

No caso do Estado do Paraná, o espaço rural integra os territórios de forma preponderante. Reconhecer, na prática, a expressividade do espaço rural é trazer essa dimensão para o plano operacional, incorporando-a nas análises, nos programas e nos projetos governamentais e não-governamentais. Entende-se que o binômio território e ruralidade são dimensões fundamentais para se pensar o desenvolvimento.

Por sua característica de convergência, a dimensão territorial do espaço possibilita diversas leituras e apropriações. Por isso, a importância de não deixar escapar a idéia de totalidade, para que se possa construir oportunidades e conquistar o desenvolvimento.

Este trabalho não tem a pretensão de esgotar um assunto tão complexo e desafiador quanto o do papel do rural para e no desenvolvimento. Mas, se ele for capaz de suscitar indagações, então terá cumprido seu objetivo de ser um ponto de reflexão, porque, ao chegar aqui, se tem a impressão de estar apenas começando.

5. Referências Bibliográficas.

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

FERREIRA, A. D. D.; JEAN, B. **La reconstruction de lá ruralité: une approche entre le Québec, Canada et le Paraná**. [s.l.], 1999.

HESPANHOL, R. A. de M. **Produção Familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente – SP**. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios – resultados do universo. Rio de Janeiro, 2001.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**: microdados da amostra – Paraná. Rio de Janeiro, 2002. CD-ROOM.

- JOLLIVET, M. A vocação atual da sociologia rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n.11, 1998.
- MARTINE, G.; GARCIA, R. C. (org.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.
- MARTINS, J. de S. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n.15, 2000.
- _____. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **In: X Congresso Mundial da Associação Internacional de Sociologia Rural. Rio de Janeiro, Ago/ 2000.**
- SANTOS, M. **O novo mapa do mundo: tempo e espaço mundo ou, apenas, tempo e espaço hegemônicos?** Caxambu: ANPOCS, 1993.
- _____. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**. Rio de Janeiro: UFRJ/UPPUR, n.2, 1999.
- SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS, n.51, 2003.
- VAINER, C. B. As escalas do poder e poder das escalas: o que pode o poder local? **Cadernos IPPUR**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, v. 15, n. 1, n. 2, 2001/2002
- VEIGA, J. E . **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.
- WANDERLEY, M. N B. Olhares sobre o rural brasileiro. **Recife. UFPE, 1999.**
- _____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o ‘rural’ como espaço singular e ator coletivo. **Recife: UFPE, 2000.**
- _____. **A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, N. (Comp.) Una nueva ruralidad in America Latina? Buenos Aires: CLACSO/ASDI, 2001.**